

como a trabalham os especialistas) para adaptá-la em função das outras lógicas e condições com as quais entra em contato no processo docente (a lógica do aluno, do propósito formativo, as condições do contexto e dos recursos disponíveis, etc.).

Recuperação da dimensão ética de nossa profissão

Há poucas possibilidades de aperfeiçoar a docência universitária se não for planejada uma forte recuperação do compromisso ético que implica o trabalho docente. Muitas das deficiências que ocorrem no exercício da função de professor universitário não são ocasionadas por falta de conhecimento dos professores ou por insuficiente formação técnica, mas por consequência de um descaso no compromisso e na responsabilidade de seus protagonistas.

A ética ou a deontologia têm um perfil nebuloso e indefinível; são como caleidoscópios, esses canudos cheios de cristais que adquirem diferentes modulações de cor e som conforme o movimento que seja feito com eles ou com a posição a partir da qual ele está sendo observado: caleidoscópio múltiplo e mutante. Por isso, é difícil levar os conteúdos para o terreno ético: cada um pode fazer a leitura que lhe seja mais conveniente.

Um segundo inconveniente em relação a esse ponto se refere à transfêrência da ética para o campo particular. Pode-se dizer que, no que tange à ética do cotidiano, é preferível que questões passem despercebidas, redirecionando-as para a esfera privada, de maneira que cada um construa e articule sua ética pessoal conforme suas preferências e conforme os critérios que lhe sejam mais convenientes. É como se fosse impossível, ou talvez inútil, tentar definir uma base comum e pública de referências éticas que marcasse os limites do institucionalmente aceitável no âmbito da docência universitária.

Não há dúvida de que, sobre a docência, se projeta também, com um nível de exigência cada vez mais enfatizado, a ética individual de professores. Quanto mais poder ou capacidade de influência tem uma pessoa sobre outras, mais importante sua atuação torna-se a fim de que seja vista como sujeita a compromissos éticos. Por isso, as profissões com mais *status* desenvolveram seus próprios códigos deontológicos. A profissão docente também precisa de seu próprio código ético, mas poucas vezes falamos sobre ele.

Os códigos existentes atualmente se referem sobretudo a professores dos outros níveis do ensino. Jover (1998) faz uma revisão dos códigos deontológicos existentes na profissão docente:

- Na Espanha, o Conselho Escolar da Catalunha e o Conselho Geral de Colégios Oficiais de Doutores e Licenciados em Filosofia e Letras e Ciências estabeleceram códigos deontológicos.
- O primeiro código data de 1896 e foi promulgado pela Georgia Education Association. Posteriormente, foram surgindo outras formulações por parte de diferentes entidades estatais e federais nos Estados Unidos. Em 1924, a National Education Association estabeleceu um comitê de ética profissional que formulou um código que foi adotado em 1929.
- Em 1966, a American Association of University estabelecia sua declaração de ética profissional (compromisso já sugerido meio século antes por John Dewey).
- Esses códigos afetaram, principalmente, diferentes setores da ação educacional: a administração educativa; a orientação e o tratamento psicopedagógico dos alunos (aspectos como a privacidade, segredo profissional, dever de prevenção, proteção diante de outras pessoas, etc.) e a ação educativa no terreno social (pedagogia social, trabalho social, etc.) foram objetos de vários códigos; a pesquisa pedagógica (aspectos como objetividade, comunicabilidade, transgressão, etc.). Outros aspectos envolvidos são: consentimento informado dos pesquisadores, privacidade dos dados ou condições do seu uso, etc. O código mais conhecido é o da American Education Association (AERA) que propôs um código de normas éticas em 1992.

Em todo caso, os códigos existentes costumam centrar suas considerações em uma série de aspectos comuns: deveres em relação aos estudantes, à profissão, aos outros professores, à instituição onde se trabalha, à sociedade. Na realidade, os códigos partem e englobam as condições básicas exigíveis a qualquer tipo de atividade social: o compromisso com os valores humanos fundamentais como a honestidade, a integridade, o respeito aos outros, etc. Acrescentam-se a esses aspectos gerais outros, também básicos, mais relacionados ao trabalho de qualquer profissional que lide com pessoas e que implique o uso de poder ou de posições privilegiadas: *imparcialidade, uso adequado de informação privilegiada*, etc. Finalmente, relaciona-se ainda a questões específicas do exercício profissional diante das quais os profissionais docentes devem assumir o compromisso de desempenhar suas atividades com os recursos disponíveis (ou seja, a formação e a atualização para poder responder integralmente as demandas apresentadas a eles).

Em todos esses pontos, o compromisso ético é essa peculiar pressão do “dever” e do “compromisso institucional” que deveria nos levar a realizar o melhor possível as atividades que, como profissionais, nos cabe desempenhar.

O Conselho Geral do Ensino da Escócia promulgou em 1998 um código de ética profissional para os docentes que resume muito bem algumas das condições básicas para o exercício profissional. Três linhas fundamentais definem, para esse conselho, o bom profissional do ensino: preocupação com os outros; competência nas tarefas próprias da atividade que desempenha e compromisso pessoal com a transformação que desenvolve.

Além disso, a Harvard Business School (Piper, Gentile, Daloz, 1993) incorporou o tema da ética não apenas no marco de compromissos que os docentes dessa prestigiosa instituição universitária assumem, como também no plano de estudos que seus estudantes vão cursar. *Como das decisões de vocês podem derivar importantes conseqüências para as pessoas que se sintam afetadas por elas*, o decano diz a seus estudantes, *é necessário que recebam uma forte formação ética, e é nosso compromisso oferecê-la a vocês*. Nesse caso, a ética não reflete somente o compromisso institucional dos docentes universitários: ela se converteu também em conteúdo explícito da formação.

Enfim, a ética não pode ficar à margem do desenvolvimento profissional dos docentes e do aprimoramento da qualidade de suas atividades. No final, nosso crescimento e o do nosso trabalho não dependerão somente do aprimoramento das técnicas e dos recursos que utilizamos, mas, sobretudo, do reforço do compromisso profissional que sejamos capazes de assumir.

DIMENSÃO PESSOAL DO DOCENTE UNIVERSITÁRIO

“Os professores ensinam tanto pelo que sabem como pelo que são.” Essa antiga sentença pedagógica recebeu pouca atenção no contexto universitário. Poderia ser dito que a dimensão pessoal dos professores desaparece ou torna-se invisível no exercício profissional. O que a pessoa é, sente ou vive, as expectativas com que desenvolve seu trabalho são fatores desconsiderados como variáveis que possam afetar a qualidade do ensino. Parece claro que não é assim e que boa parte de nossa capacidade de influência nos estudantes tem origem no que somos como pessoas, na nossa forma de nos apresentarmos, nas nossas modalidades de relação com eles.

Gostaria de abordar dois aspectos de especial relevância neste campo. Em primeiro lugar, a *satisfação pessoal e profissional* e, em segundo, a *carreira docente*. Ambos estão estreitamente relacionados entre si e com outros aspectos pertencentes à esfera profissional; o que parece lógico, pois a atividade profissional tem um sentido unitário e global.